

CARTA DE GOIÂNIA: apresentar o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) e fortalecer a rede federal

Reunidos em Goiânia (GO) entre os dias 7 e 9 de novembro de 2018, os docentes, técnicos-administrativos e representantes discentes do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em rede nacional (ProfEPT) deliberaram por apresentar à comunidade interna e à sociedade brasileira o ProfEPT, além de defender o fortalecimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e o Colégio Pedro II).

O ProfEPT tem como objetivo oferecer formação em educação profissional e tecnológica para graduados de diversas áreas do conhecimento. O Exame Nacional de Admissão realizado em 2017 contou com quase mais de 20 mil inscritos, e a edição de 2018 com quase 40 mil inscrições, entre servidores e público externo.

O Mestrado Profissional visa a produção de conhecimento e o desenvolvimento de produtos educacionais, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes ligados ao mundo do trabalho e a educação profissional e tecnológica. Atualmente o Programa conta com 476 docentes e em torno de 1200 estudantes distribuídos entre as instituições da Rede Federal, tornando-se, em menos de dois anos, desde sua criação, um programa presente em todos os estados do país e um dos maiores programas de pós-graduação stricto sensu do Brasil.

O ProfEPT propicia a realização dos princípios basilares e das diretrizes da rede federal e contribui diretamente com o desenvolvimento econômico e social do país. A rede federal se configura como local privilegiado de:

- a) formação técnica, tecnológica e científica e de inovação em pesquisa;
- b) desenvolvimento econômico e produtivo local, regional e nacional;
- c) formação de professores qualificados para a educação básica e técnica;
- d) expansão e interiorização do ensino de qualidade a todas as regiões do país;
- e) fortalecimento do caráter público e gratuito do sistema educativo;
- f) promover educação inclusiva de pessoas e regiões historicamente empobrecidas.

A rede federal está presente em todos os estados do Brasil, contabilizando 643 campi, mais de um milhão de matrículas e cerca de 80 mil servidores. Os estudantes dos Institutos Federais demonstram alto desempenho escolar em níveis nacional e mundial, além de participação em eventos e olimpíadas internacionais nas mais diversas áreas do conhecimento.

Nesse cenário, é necessária a manutenção e o fortalecimento de políticas públicas destinadas à formação profissional da Rede Federal como instrumento estratégico de desenvolvimento social e econômico, por meio de:

- a) manutenção e ampliação do financiamento público;
- b) ampliação das políticas do acesso, permanência e êxito dos estudantes;
- c) consolidação da autonomia pedagógica, administrativa e financeira;
- d) princípios de gestão participativa e democrática das instituições acadêmicas;
- e) fortalecimento das licenciaturas para melhoria da educação básica no interior do país;
- f) fortalecimento do ensino técnico integrado ao ensino médio;
- g) incentivo aos mestrados profissionais, fundamentados na relação teoria-prática, articulados aos desafios da educação básica.

Assim, ressaltamos a função social e estratégica da rede federal para o desenvolvimento da educação brasileira. A presença da rede em todos os estados do país, do interior às capitais, deixa clara a capacidade de transformar a vida de milhões de jovens, adultos e trabalhadores brasileiros. Portanto, o fortalecimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica figura como elemento primordial para o desenvolvimento do Brasil.

Goiânia, 9 de novembro de 2018.